

magalhães

Antônio Carlos reitera denúncias de corrupção e critica "cinismo"

CORREIO BRAZILENSE

20 MAR 1993

Salvador — O governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães (PFL), enviou ontem mensagem ao presidente Itamar Franco criticando o relatório final da Comissão da Ouvidoria-Geral da República, formada para investigar as denúncias sobre o repasse irregular de verbas do Ministério do Bem-Estar Social a prefeituras baianas. ACM afirma que o parecer da comissão é "uma peça de puro cinismo e um claro retrato do governo de Vossa Excelência" (Itamar).

Magalhães disse ter acreditado na disposição da administração federal de sanear as irregularidades quando apresentou ao presidente, no dia 21 de janeiro, as graves denúncias sobre malversação de dinheiro público". Segundo o governador, Itamar reiterou por escrito a intenção de apurar os fatos e identificar os responsáveis.

ACM responsabiliza principalmente o ministro da Justiça, Maurício Corrêa, pelo fracasso da apuração. Segundo ele, Corrêa



ACM: contra o parecer

desde o início procurou desacreditar as denúncias, declarando que os fatos não passavam de um problema paroquial. "Sem dúvida, um triste juízo de quem, não conseguindo ao menos ser bom escrivão, pretende receber de Vossa Excelência (certamente

que por inocentar agentes do crime e permitir ilícita utilização dos recursos públicos) o indevido prêmio: uma nomeação para o Supremo Tribunal Federal".

De acordo com ACM, o parecer da Comissão da Ouvidoria mistura a mais elementar desinformação com má-fé, porque, embora confessando o acondicionamento na liberação de recursos e evidenciado o desvio fraudulento de verbas por ex-prefeitos, ainda assim delibera por não considerar comprovada irregularidade de relevo.

O presidente Itamar Franco só tomou conhecimento da carta no final da tarde de ontem. Segundo o assessor de imprensa da Presidência, Francisco Baker, assim que a leu, Itamar convocou o ministro da Justiça para ir ao Palácio do Planalto. Ele entregou a Maurício Corrêa uma cópia da carta com um despacho determinado a "prestação de informações oficiais em caráter de urgência absoluta" e espera receber os esclarecimentos até segunda-feira.

Carta também atinge Corrêa

Salvador — São os seguintes os principais trechos da carta de ACM ao presidente Itamar Franco:

□ Quando apresentei a Vossa Excelência graves denúncias de malversação do dinheiro público — no dia 20 de janeiro do corrente ano e em audiência pública — acreditei, tal o aparelho adrede preparado, na sincera disposição da administração de, efetivamente, sanear irregularidades que sabia estavam — como, de resto, ainda estão — impunemente ocorrendo, na utilização de recursos públicos federais(...).

□ Entretanto — e infelizmente para o erário — tal não se efetuou, até porque, incumbido de presidir os atos de apuração, o conhecido ministro Maurício Corrêa, que, antes mesmo de iniciar sua missão, já buscava conturbá-la ou desacreditá-la, ora com excessivo e desnecessário apego ao formalismo, ora declarando que os fatos não passavam de um problema paroquial(...).

□ Por tudo isso é que o Parecer da Comissão da Ouvidoria Geral da República, criada pela Portaria 19, é, in-

questionavelmente, uma peça de puro cinismo! Ali, de verdadeiro, só a mistura da mais elementar desinformação com má-fé (...). Em suma, conclui-se que o dinheiro do povo não tem qualquer importância! Esse Relatório — aprovado pelo ministro da Justiça — é bem o claro retrato do Governo de Vossa Excelência (...).

□ Com relação aos convênios celebrados com os municípios de Juazeiro e Barreiras, principalmente no último, chegou-se ao requinte da falsificação de assinatura. Entretanto, a única providência — até então adotada — foi a mera publicação (no Diário Oficial da União nº 48) de lacônico "aviso de anulação" do convênio. Apenas isso. Nada mais. Assim tornou-se insubstancial (sic) um ilícito, penal inclusive, num inacreditável passe de mágica, transformando-se a vítima, a Embasa, em culpada, com a incrível e simplória assertiva de que "não compareceu para assinar o ajuste...".

□ Quer dizer, ao descalabro moral, à improbidade administrativa, ao torpe usar do dinheiro público, soma-se o absurdo jurídico de uma nova e inusitada excludente de criminalidade. Doravante, ao delinquente, qualquer que tenha sido o delito, bastará a simples alegação de equívoco, para que se veja inocentado; sequer terá existido o crime. Ou ainda, à simples promessa de prestação de contas do objeto subtraído, que seja punido apenas o receptor.

□ Daí porque não entendo quando — li nos jornais — Vossa Excelência me pede mais informações sobre irregularidades. Até as tenho, embora prefira, doravante, divulgá-las na imprensa, pois sei, assim, ao menos, delas saberá a opinião pública. Depois disso tudo, desse Processo, encaminhar denúncias, para qualquer órgão do Governo Federal, seria o mesmo que participar de uma farsa, papel ao qual não me presto, até porque não tenho mais a idade para o gosto pelo circo... Sugiro o mesmo comportamento ao Presidente da República, divulgando — na íntegra e através dos meios de comunicação — o tal Relatório. Será um momento único para o riso do povo brasileiro; afinal, de tão singular, merece ser peça principal na antologia do anedótário jurídico (...).

□ É certo que nunca tive esperanças quanto ao êxito do seu Governo. Mas o povo teve, depositando-lhe a confiança e mantendo a crença em melhores tempos. Todavia, ao minimizar desmandos — como os que insisto em ver apurados, a bem da moralidade pública — Vossa Excelência está criando uma situação mais difícil que a encontrada, decepcionando a Nação inteira e atrasando a recuperação moral do Brasil. O quadro é triste, que já não mais se pinta a cara: agora, preferem todos colocar óculos escuros, para não enxergar.